

Por Caroline Martin  
Especial para *O Papel*

# Setor de florestas plantadas fortalece-se no agronegócio nacional

## Migração do lócus institucional do setor ao MAPA promete avanços à Política Nacional de Florestas Plantadas

**P**aradoxalmente ao momento desafiador pelo qual o Brasil passa, o setor de florestas plantadas vem despontando no cenário nacional com resultados positivos e se destacando como importante contribuinte da balança comercial brasileira. Os dados mais recentes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) apontam que, de maio de 2015 a abril deste ano, o setor exportou US\$ 9,8 bilhões e importou US\$ 2,6 bilhões, gerando um superávit de US\$ 7,2 bilhões. Em 2015, o saldo foi de US\$ 8,5 bilhões, sendo os principais produtos exportados celulose (US\$ 5,6 bilhões) e papel (US\$ 2 bilhões).

De acordo com a compilação do MDIC/Secex/Deaex, as exportações do setor de celulose e papel, especificamente, resultaram em uma variação positiva de 5,6% comparando-se o desempenho de 2015 com o de 2014, o que levou a uma participação de 4% no total de US\$ 191 bilhões exportados por todo o País.

Os resultados ajudam a entender melhor a representatividade e o crescente papel do setor de florestas plantadas na economia nacional. Segundo levantamento mais recente da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), a participação do setor de árvores plantadas no PIB brasileiro tem aumentado a cada ano: em 2014, representou 5,5% do PIB industrial. Em termos marginais, cada hectare de árvores plantadas adicionou R\$ 7.800 ao PIB nacional. Para efeito de comparação, o complexo soja – importante referência nacional – adicionou R\$ 4.900/ano por hectare plantado, enquanto a pecuária, R\$ 2.700/ano.

A cadeia produtiva do setor brasileiro de árvores plantadas caracteriza-se pela grande diversidade de produtos, compreendendo um conjunto de atividades e segmentos que incluem desde a produção até a transformação da madeira *in natura* em celulose, papel, painéis de madeira, pisos laminados, madeira serrada, carvão vegetal e móveis, além de produtos não madeireiros e da prestação de vários serviços ambientais.



DIVULGAÇÃO CELULOSE RIOGRANDENSE

O Brasil é o quarto maior produtor mundial de celulose, destacando-se como o primeiro na fabricação de celulose de fibra curta e o nono na de papel. O País posiciona-se ainda como o nono produtor mundial de painéis de madeira reconstituídos. A produção nacional de carvão vegetal é a maior do mundo, sendo esse insumo dedicado principalmente à produção de ferro-gusa, aço, ferroliga e silício metálico, conforme dados da Ibá. “A indústria de base florestal do Brasil é de classe mundial. Traduzindo: não devemos nada a nenhum país em termos de competitividade na área florestal. Todas essas indústrias apresentam tecnologia de ponta e são extremamente competitivas”, avalia Jefferson Mendes, diretor de Negócios Florestais da Pöyry Tecnologia.

Nesse contexto de crescimento vertiginoso, despontou a necessidade de garantir o abastecimento dos parques industriais consumidores de matérias-primas de origem florestal e de reduzir a pressão sobre remanescentes florestais nativos, o que tornou necessária a criação de uma



DIVULGAÇÃO IBÁ

Elizabeth detalha que, a partir da integração às demais políticas do agronegócio, o MAPA passou a elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas

Política Nacional de Florestas Plantadas. “Uma nova política para florestas plantadas é uma antiga demanda das entidades representativas do setor florestal. A lei florestal brasileira (Lei n.º 12.651/2012) determina que a silvicultura, quando realizada em área apta ao uso alternativo do solo, é equiparada à atividade agrícola, nos termos da Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola. O conjunto de mecanismos de política agrícola dispostos pelo Ministério da Agricultura, bem como a existência de câmara setorial específica para florestas plantadas, credenciam o órgão à tarefa de conduzir a política nacional para o setor, o que se materializou no Decreto n.º 8.375, de 11 de dezembro de 2014”, contextualiza Eduardo Sampaio, diretor de Comercialização e Abastecimento, da Secretaria de Política Agrícola do MAPA, sobre a transferência do lócus institucional da atividade do setor florestal do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para o Ministério da Agricultura há pouco mais de um ano.

“A migração do lócus institucional do setor de árvores plantadas para o MAPA estava sendo discutida há mais de uma década entre representantes do setor produtivo e do governo. A mudança foi extremamente importante, já que fica a cargo do MAPA a coordenação de temas e programas fundamentais relativos ao setor”, comenta Elizabeth de Carvalhaes, presidente executiva da Ibá. Ela detalha que, a partir da integração às demais políticas do agronegócio, o MAPA passou a elaborar, para um horizonte de dez anos, o Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (PNDF), que norteará a Política Agrícola para Florestas Plantadas, realizando atualizações periódicas com base no diagnóstico do setor, na avaliação dos cenários e nas metas de produção florestal.

A transferência ao MAPA foi um movimento positivo, concorda Mendes. “Como o MMA dá grande enfoque às florestas nativas, precisávamos de um ministério que tratasse das florestas plantadas, não porque o setor busca subsídios ou incentivos para se desenvolver, mas justamente por ser muito competitivo e ter potencial para crescer ainda mais.



Celulose, papel, painéis de madeira, pisos laminados, madeira serrada, carvão vegetal e móveis, além de produtos não madeireiros e da prestação de vários serviços ambientais, compreendem a cadeia produtiva do setor de árvores plantadas

Nossa área florestal representa atualmente menos de 1% do território nacional. Isso significa que poderíamos quadruplicar a área plantada e o tamanho da indústria de base florestal sem gerar impactos de caráter ambiental ou qualquer outro. Poderíamos crescer em cima das áreas marginais, já que há 200 milhões de hectares de áreas de pastagem de baixa produtividade. Há um potencial muito grande a ser explorado”, sinaliza.

No Brasil, a área plantada com árvores destinada a fins industriais atingiu 7,74 milhões de hectares em 2014, com crescimento de 1,8% na comparação de 2013, de acordo com os dados da Ibá. Os plantios de eucalipto representaram 72% desse total, enquanto os de pinus, 20,7%. Acácia, teca, seringueira e paricá estão entre as outras espécies plantadas no País. “Vale enfatizar que se trata de plantios florestais, que dizem respeito à silvicultura, como qualquer outro tipo de plantio que compõe indústrias significativas para o Brasil, e não florestas nativas”, esclarece Mendes sobre um engano ainda comum relacionado às florestas plantadas.

Com investimentos em pesquisa e melhoramento genético, o setor florestal brasileiro conquistou a maior produtividade mundial em eucalipto e pinus. A produtividade média do eucalipto passou de cerca de 12 m<sup>3</sup>/ha/ano em 1970 para 39 atualmente. No Brasil, para abastecer uma planta de celulose de 1,5 milhão de toneladas/ano, são necessários 140 mil hectares de florestas, contra 300 mil na China e 720 mil na Escandinávia.

Além disso, o Brasil se consolidou como importante fornecedor de celulose e madeira para o mundo, com destaque para a China, os Estados Unidos e países europeus, abrindo novas fronteiras agrícolas com a migração para o centro-norte do País. “O Estado de Mato Grosso do Sul já ocupa a quarta posição no ranking de área plantada com culturas florestais”, exemplifica Camila Braga, engenheira Florestal e Segurança do Trabalho e

assessora técnica da Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). “Com todos esses avanços, era de se esperar que o setor acabasse absorvido por um ministério de produção, como o MAPA”, diz.

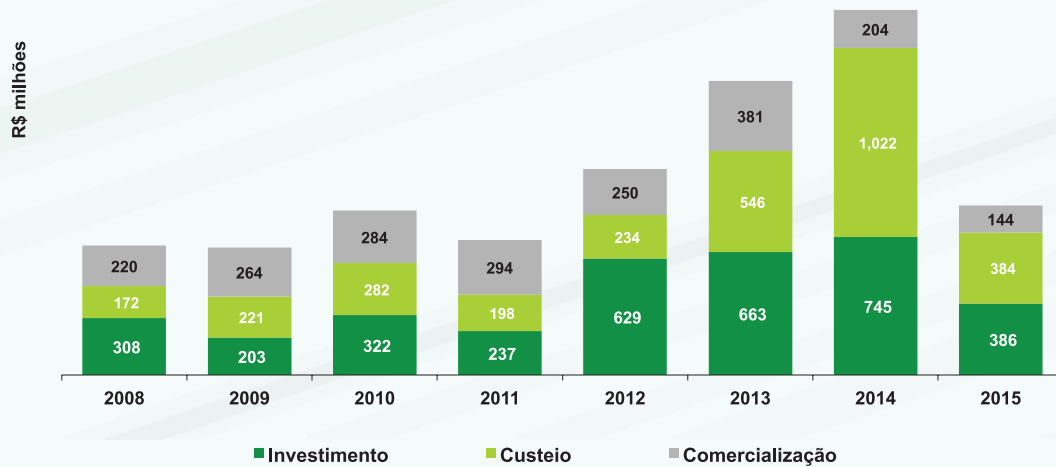
A distinção entre florestas plantadas e outras culturas agrícolas se dá predominantemente pelo ciclo produtivo (de longo prazo nas florestas plantadas). Camila observa, contudo, que o lócus institucional do setor florestal é originalmente do Ministério da Agricultura, alterado em 1989 com a extinção do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no âmbito do MMA. “O retorno ao MAPA, com a publicação do Decreto n.º 8.375/2014, que define a Política Agrícola para Florestas Plantadas, e a equiparação às culturas agrícolas geraram grande expectativa no setor, que pretende o mesmo tratamento e instrumentos da Política Agrícola, a exemplo do Crédito Rural, da Defesa Agropecuária e do Seguro Agrícola, entre outros”, detalha ela.

Camila considera que tal transição ainda está em curso e poderá ser efetivada com a publicação e implementação do PNDF. “Será um marco para o setor florestal brasileiro. O MAPA já está trabalhando em sua construção sob a Coordenação Geral de Borracha e Floresta, contando com o apoio da CNA e de outras instituições do setor”, contextualiza. Ela informa que o setor já utiliza alguns instrumentos da Política Agrícola, como Crédito Rural e Defesa Agropecuária. Camila destaca a adequação do Programa ABC Florestas, referente ao limite de crédito por beneficiário, que passou de R\$ 3 milhões para R\$ 5 milhões para custeio e investimento em plantio de florestas comerciais para produtores acima de 15 módulos fiscais.

As peculiaridades da produção florestal, no entanto, principalmente devido ao maior ciclo produtivo em relação às demais culturas, além da possibilidade de produção para usos múltiplos, devem ser entendidas pelo Ministério, para que os silvicultores possam estar inseridos nos programas e projetos propostos. Na visão da assessora técnica da Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura da CNA, outros instrumentos, como o Seguro Agrícola, bem como informação agrícola, tributação e incentivos fiscais, devem ser mais bem trabalhados para abranger o setor florestal.

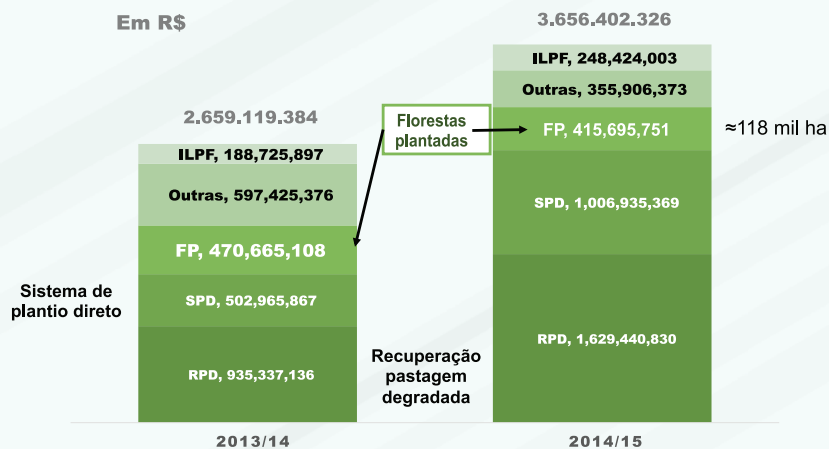
Camila reforça que, no horizonte de dez anos, o PNDF deverá ser atualizado periodicamente, apresentando o diagnóstico da situação do setor de florestas plantadas, incluindo o inventário florestal; proposição de cenários, com tendências internacionais e macroeconômicas, e ainda metas de produção florestal e ações para seu al-

### Aplicações em crédito para florestas



Inclui aplicações em florestamento e reflorestamento e madeira

### Aplicações do Programa ABC



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

cance. Neste ano, foi criada pelo Ministério a Coordenação Geral de Borracha e Floresta, no âmbito da Secretaria de Política Agrícola, que deverá concentrar esforços para a elaboração do PNDF. “Hoje, as principais informações sobre o setor florestal se encontram nas cadeias de celulose, papel e painéis de madeira. A participação das demais cadeias produtivas – madeireira e não madeireira – é extremamente importante para refletir a realidade do setor”, esclarece Camila.

A parceria com o MMA, ressalta Elizabeth, foi mantida e segue com importantes temas em pauta, como a Agenda do Clima, que ganhou maior importância após a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21), em Paris (França), realizada em dezembro

do ano passado. “Além disso, as empresas associadas e a Ibá atuam para fortalecer a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), fundamental iniciativa do MMA para a implementação do novo Código Florestal Brasileiro”, contextualiza a presidente executiva da entidade.

### Retração da economia nacional redobra dedicação do setor às exportações

Apesar da resiliência do setor florestal, o período atual é desafiador, com as perspectivas para a economia brasileira ainda em recessão e inflação alta. Segmentando o setor, o diretor de Negócios Florestais da Pöyry avalia que a indústria de celulose tem se favorecido pelo câm-

bio, por tratar-se de “uma indústria com crescimento próprio, que não foi muito afetada nos anos de crescimento da economia brasileira, mas que também não é tão impactada pela crise econômica, que, aliás, gera um efeito positivo ao segmento com a desvalorização do real: como indústria essencialmente exportadora, tem registrado expressivos ganhos marginais. É um momento oportuno para crescer com recursos próprios, já que os governamentais – via BNDES, por exemplo – tendem a estar mais limitados.” A menor atividade econômica e o aumento nos preços, no entanto, têm efeitos mais diretos nos segmentos que formam a indústria de papel. Os impactos nos custos das empresas em 2015 devem continuar neste ano, afetando as vendas de papéis no mercado interno e intensificando as exportações.

O setor de serrados e laminados revela-se bastante resiliente, conforme a análise de Mendes. “Até 2008, o Brasil exportava 70% de sua produção. Como a crise internacional coincidiu com o ciclo de crescimento da economia brasileira, essa indústria voltou-se rapidamente ao mercado interno. Agora estamos vendo um movimento contrário: com a crise do mercado de consumo que estamos vivendo no Brasil, os players têm-se dedicado novamente ao mercado externo. Em um ano, vimos um crescimento da ordem de 30% nas exportações do segmento”, pontua.

As atividades na área de carvão vegetal, por sua vez, despencaram com a crise no País. A indústria de painéis

de madeira, que vinha crescendo a taxas de 8% a 10% ao ano, variando conforme o produto, também vem sendo duramente afetada pela crise, dada a queda do setor de construção civil. “Apesar de vir se apresentando como uma indústria basicamente doméstica, tem redirecionado parte de sua produção ao mercado externo. Hoje, cerca de 20% da produção destina-se ao mercado internacional, com tendência de crescimento”, completa a avaliação de desempenho do setor.

### Evolução das técnicas de manejo florestal e futuro do setor

Nos últimos anos, o setor brasileiro de árvores plantadas ganhou relevância não apenas no cenário nacional, mas também global. Além de mundialmente reconhecido pela alta produtividade das árvores plantadas, é responsável por 91% de toda a madeira produzida no País para fins industriais, configurando-se como um dos setores de maior potencial de contribuição para a construção de uma economia verde. “Isso se deve, principalmente, aos contínuos investimentos das empresas em pesquisa e desenvolvimento, que buscam primordialmente aprimorar as técnicas de manejo florestal”, credita Elizabeth.

“Quando falamos dessa grande evolução das florestas plantadas, é importante ressaltar que se deu primeiramente por uma questão mundial relacionada à conscientização quanto ao uso da madeira. A fim de preservar as matas nativas, as florestas plantadas seguem um planejamento para fins específicos. Em segundo lugar, destaca-se o desenvolvimento de tecnologias e técnicas diversas, incluindo clonagem, irrigação e outros fatores externos que contribuíram fortemente com o aumento de produtividade nas florestas”, contextualiza Graziela Lourensoni, representante da Câmara Setorial de Equipamentos Motorizados para Manejo de Grama e Jardim e Máquinas Portáteis para Manejo Florestal (CSGF), da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Atualmente, existem locais em que o primeiro corte de florestas de eucalipto é feito em cinco anos, fato que leva a uma maior quantidade de metros cúbicos disponíveis para atender à demanda de madeira. Além da contribuição das variáveis naturais, que incluem tipo de solo e superfície, além de quantidade de chuva, favoráveis ao plantio, Graziela ressalta a importante participação das máquinas nesse contexto.

De acordo com ela, há basicamente dois tipos de equipamentos para extração de madeira. O primeiro é o Harvester, máquina de colheita de grande porte que des-

DIVULGAÇÃO ABIMAQ



Graziela contextualiza que as motosserras deram mais agilidade ao processo de colheita, com diferentes funções: cortar, desgalar e picotar a madeira

# Agronegócio brasileiro impulsiona economia nacional e é indispensável ao mercado global

O agronegócio tem atuado como mola propulsora da economia brasileira: “representa 22% do PIB nacional, gera 30% dos empregos do País e, no ano passado, foi responsável por 46% das exportações”, elenca Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV-EESP e embaixador especial da FAO para o Cooperativismo. Em 2000, informa ele, o Brasil exportou US\$ 20 bilhões pelo agronegócio; no ano passado, esse valor chegou a US\$ 88 bilhões. “São quatro vezes mais, incluindo um período marcado pela grande crise mundial, de 2008 a 2010, período no qual as exportações mundiais caíram. É, sem dúvida, uma competitividade notável”, constata. Rodrigues também reforça o papel social do setor: “enquanto o desemprego aumentou significativamente nos últimos três anos, chegando a uma taxa de mais de 10% no País, o agronegócio segue empregando profissionais”.

Atualmente, o Brasil figura como o maior exportador mundial de açúcar, café, suco de laranja, carnes bovina e de frango, complexo soja e tabaco. Além da liderança nessas sete commodities, tem avançado em outros produtos, como milho, algodão, flores, frutas e produtos orgânicos. “Isso chamou a atenção do mundo a ponto de, em 2011, a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) fazer um estudo que acabou revelando a necessidade de a oferta mundial de alimentos crescer 20% até 2020 para que haja segurança alimentar planetária. Em termos globais, não se trata de uma meta trivial para atingir em dez anos. As estimativas máximas de crescimento foram as seguintes: 4% para a União Europeia, 14% para os Estados Unidos, 17% para a Oceania e aproximadamente 25% para os grandes países da Ásia. Para que o mundo cresça a uma média de 20% em dez anos, portanto, é essencial que o Brasil cresça 40%”, resume a estatística apontada pela OCDE com base nos dados da FAO.

A OCDE acredita na viabilidade do cumprimento dessa meta audaciosa por três razões principais: tecnologia tropical sustentável, disponibilidade de terras e existência de pessoas preparadas em toda a cadeia produtiva, informa Rodrigues. Ele cita que, nos últimos 25 anos, a área plantada com grãos no Brasil cresceu 53%, com aumento de 261% na produção, resultando em um volume cinco vezes maior do que a área plantada. “Isso significa que a produtividade por área plantada aumentou, demonstrando um crescimento impressionante em termos de tecnologia”, avalia.

Outro dado de impacto apontado pelo coordenador do Centro de Agronegócio da FGV-EESP: o cultivo de 58 milhões de hectares com grãos no Brasil. “Se tivéssemos hoje a mesma produtividade por hectare verificada na década de 1990, seriam necessários mais 78 milhões de hectares para podermos colher a safra de grãos deste ano. Em outras palavras, preservamos 78 milhões de hectares de Cerrado ou florestas porque conseguimos aumentar a produtividade nas áreas disponíveis, o que revela nossa tecnologia como altamente sustentável.”

Quanto à disponibilidade de terras, dos 850 milhões de hectares existentes no Brasil, somente 84 milhões são cultivados por todas as



**Rodrigues: “Não temos uma estratégia bem definida, que contemple todos os aspectos envolvidos na competitividade, a exemplo dos fatores logístico e comercial, ainda pouco efetivos às necessidades do País”**

plantas – ou seja, menos de 10% do território nacional. Ainda considerando a área total, Rodrigues sublinha que 176 milhões de hectares se destinam a pastagens, com 20% do total. “Somando, portanto, pasto com agricultura, veremos que menos de 30% do território brasileiro é utilizado pela agropecuária. De acordo com dados do IBGE, ainda podemos aumentar em 78 milhões de hectares a área cultivada no País”, sinaliza.

Na prática, porém, isso não acontece. O que sobra, de fato e de acordo com as leis vigentes, são cerca de 15 milhões de hectares, dos quais 10 milhões de pastagens serão transformadas em agricultáveis e 5 milhões de Cerrado a serem legalmente desmatados. “Podemos aumentar, portanto, menos de 20% da área de agricultura no País. Apesar de menor do que o esperado, ainda é uma quantidade significativa e maior do que vários países. Terra, tecnologia e gente compõem um trinômio que poucos países têm disponíveis para aumentar a produção e potencializar a participação no cenário global”, avalia Rodrigues

sobre o significativo potencial de crescimento.

Especificamente em relação à madeira, os mais de 7 milhões de hectares de florestas plantadas que o País soma hoje também refletem um número expressivo, que tende a atingir 10 milhões nos próximos anos. “As florestas plantadas são um elemento altamente competitivo a compor o agronegócio brasileiro. Toda essa soma de fatores positivos nos permite acreditar que crescer 40% em dez anos não será tarefa difícil – mas certamente também não fácil”, pondera o coordenador do Centro de Agronegócio da FGV-EESP. “Infelizmente, não temos uma estratégia bem definida, que contemple todos os aspectos envolvidos na competitividade, a exemplo dos fatores logístico e comercial, ainda pouco efetivos às necessidades do País. Hoje, 40% do comércio mundial de alimentos acontece no âmbito de acordos bilaterais entre países. O Brasil, no entanto, não tem nenhum acordo bilateral importante do ponto de vista de consumidores. Precisamos firmar acordos comerciais muito mais agressivos e ambiciosos do que os vistos nos últimos anos. Também há muitas deficiências na área legal a impossibilitar o País de dar o salto que pode”, justifica Rodrigues. “Essas questões estratégicas não serão solucionadas somente pelo MAPA, pois há outras ligadas ao Ministérios da Fazenda, dos Transportes, da Indústria e Desenvolvimento, do Itamaraty e assim por diante. Se não houver uma visão articulada do Estado brasileiro em relação ao assunto, dificilmente veremos os avanços necessários no âmbito estratégico”, adiciona.

O setor de florestas plantadas também demanda uma estratégia compartilhada, na visão de Rodrigues, “mas se destaca pela condição diferenciada que apresenta atualmente – em primeiro lugar, por ter uma organização privada primorosa, que resulta em uma articulação nacional muito mais consistente e permite avançar adequadamente nas políticas públicas. Uma vez que o MAPA agrega esse setor, também há maior flexibilidade nas negociações. Importante também não esquecer, é claro, a competitividade natural desfrutada pelo Brasil. O horizonte certamente é muito positivo”, conclui.



“Com todo o potencial que tem e demonstra, a atividade florestal, assim como a agrícola, deveria ser prioridade em um país que precisa incrementar sua balança comercial”, enfatiza Mendes

ponta entre as mais usadas ultimamente, devido à produtividade que oferece. “Sua adoção, no entanto, requer uma superfície plana e metragem relativamente grande para se chegar a uma boa relação custo-benefício, pelo alto custo de aquisição da máquina”, pondera Graziela. Esse equipamento também proporciona boa redução do quadro de funcionários, mas exige certos cuidados de manutenção. “Uma máquina parada acarreta custos”, justifica a porta-voz da Abimaq.

As motosserras se apresentam como segundo tipo de equipamentos amplamente utilizados na fase de colheita. “São máquinas de pequeno porte, normalmente usadas em áreas inclinadas, nas quais não se pode entrar com o Harvester. O homem as utiliza como ferramenta para cortar as árvores”, define Graziela. Ela conta que, nos últimos anos, grandes avanços tecnológicos acompanharam essas máquinas de pequeno porte. “Os incrementos permitem ao usuário o manuseio de máquinas de menor peso que também apresentam maior produtividade, com tecnologias que reduzem o consumo de combustível e a emissão de gases poluentes para a atmosfera”, exemplifica. Ao longo dos últimos dez anos, as motosserras ainda permitiram mais agilidade ao processo de colheita, com diferentes funções: cortar, desgalhar e picotar a madeira.

Além dos benefícios ao profissional que utiliza os equipamentos, os rápidos ganhos tecnológicos que marcaram as máquinas de pequeno e grande portes conferem mais rentabilidade ao produtor de madeira, já que possibilitam extração maior em tempo menor. “Ambos os equipamentos são bem difundidos nas florestas plantadas brasileiras, mas ao longo dos anos vem caindo o volume de motosserras, substituídas pelo Harvester. Hoje, antes de plantar uma floresta, as

empresas buscam locais onde o Harvester possa entrar, em função dos ganhos de produtividade. A motosserra é mais vista em locais antigos e em pequenas áreas de fomento”, informa Graziela sobre o cenário atual.

Em meio a tantos incrementos que resultaram em ganhos diversos, um gargalo ainda acomete o Brasil: falta de treinamento técnico para esse tipo de operador. Graziela conta que, quando uma empresa de cunho florestal presta serviços a um grande player da indústria de papel e celulose, há todo um comprometimento para treinar operadores de motosserra. Os treinamentos, inclusive, são feitos para que a máquina seja usada de modo a oferecer sua melhor performance. “Há modelos de motosserra que têm freio e até travam caso a postura do operador não esteja correta”, exemplifica. Nas áreas de fomento ou de pequenos produtores que extraem a madeira por si sós, porém, a realidade é outra. “Percebe-se claramente que esses produtores, muitas vezes, não adotam as técnicas mais apropriadas de manuseio das máquinas, o que traz prejuízos a eles e à produtividade”, constata ela.

O trabalho realizado pelas câmaras setoriais da Abimaq visa contribuir com a solução desse entrave. “Buscamos incentivar a conscientização dos operadores para que façam a melhor aplicação dos equipamentos. Nosso trabalho também é focado na tradução de normas internacionais, para que se tornem normas brasileiras e levem as empresas nacionais a seguir processos de fabricação com a qualidade necessária para dar segurança aos operadores. Essa meta pela normalização do mercado é de grande valia à oferta de produtos de qualidade e, acima de tudo, seguros para os operadores”, detalha Graziela.

O fortalecimento da competitividade em toda a cadeia produtiva do setor florestal, em diferentes âmbitos, também tem sido um dos principais focos da atuação da Ibá. O combate permanente à concorrência desleal nos segmentos de papel e pisos laminados valem como exemplos disso. Negociações para a regulamentação do Recopi Nacional nos Estados signatários do sistema de controle de operações com papel imune, assim como a adesão de novos Estados, estão entre as ações atuais. Em relação aos pisos laminados, Elizabeth informa que recentemente foram negociadas medidas para evitar a falsa classificação do produto importado, criando condições justas de mercado.

O trabalho para fomentar as exportações também tem sido de grande importância, e a Ibá busca contribuir continuamente com setores do governo para a promo-

ção das exportações e a abertura de mercado aos produtos do setor brasileiro de árvores plantadas.

Na área industrial, uma importante conquista relativa a ganhos de competitividade foi o retorno ao mercado do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Embora o governo tenha reduzido a alíquota em meio aos atuais ajustes fiscais, a atuação será pautada pelo retorno dessas conquistas quando o cenário melhorar.

Na área internacional, destaca-se a liderança da Ibbá, desde maio de 2015 no Steering Committee do International Council of Forest and Paper Associations (ICFPA), formado por mais de 30 associações de importantes países do mercado florestal mundial. O ICFPA busca promover a cooperação de seus membros em áreas de interesse comum, além de defender mundialmente a indústria de produtos de base florestal, por meio de uma agenda de temas de grande relevância e ações conjuntas que os associados apresentam. A presidência desse fórum desempenha importante papel também para alavancar a agenda da indústria florestal brasileira no âmbito internacional.

Elizabeth enfatiza que outra ação relevante para o setor consiste na adoção de incentivos à economia de baixo carbono, estimulando o consumo de produtos mais sustentáveis. "O debate sobre a necessidade de mitigar as mudanças climáticas tem elevado a relevância da economia de baixo carbono nos últimos anos. As florestas plantadas representam um grande incentivo e têm grande potencial de gerar diversos produtos sustentáveis, desde papel e madeira até combustíveis mais limpos, como a biomassa e o etanol celulósico, bem como produtos químicos e farmacêuticos retirados da árvore."

O aumento da demanda por produtos florestais energéticos desponta como forte tendência sinalizada por especialistas do setor florestal. Atualmente, 18% das fontes de energia em operação no Brasil são provenientes de origem fóssil, em detrimento de apenas 9% da energia de origem de biomassa – sendo que, desses, 1,7% é de fonte florestal. "Para o cumprimento das metas climáticas acordadas na COP 21 e a transição para uma matriz energética menos intensiva em carbono, são necessárias melhores condições políticas para viabilização da produção de energia com biomassa renovável, incluindo a florestal", alerta a assessora técnica da Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura da CNA. "Para viabilizar a maior participação da matéria-prima florestal na matriz energética

brasileira, deve haver planejamento. Uma das formas é a publicação de editais de leilões específicos para geração de energia com cavaco de madeira proveniente de florestas plantadas, considerando o ciclo produtivo para formação das florestas", propõe Camila.

A aquisição de terras por empresas de capital estrangeiro também está entre os temas prioritários da agenda do setor. Na visão da assessora, o tema tende a avançar num futuro próximo. Ela vislumbra maior segurança jurídica para atração do capital estrangeiro no País e retomada dos investimentos em novas áreas produtivas. "Em 2010, a publicação do parecer da Advocacia Geral da União (AGU), que equipara 'pessoa brasileira com capital ou gestão majoritária estrangeira' a 'pessoa estrangeira' propriamente dita, diminuiu em R\$ 22 bilhões os investimentos florestais no Brasil. Desde então, a área de florestas plantadas estagnou em 7 milhões de hectares. Nesse sentido, está em curso, em regime de urgência, aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados Federais, o Projeto de Lei n.º 4.059/2012, que elimina toda e qualquer dúvida no sentido de permitir que sociedades brasileiras controladas por estrangeiros possam arrendar e comprar áreas rurais", conta ela sobre o *status* atual.

Para o diretor de Negócios Florestais da Pöyry, uma série de desafios encontra-se no âmbito estratégico. "Com todo o potencial que tem e demonstra, a atividade florestal, assim como a agrícola, deveria ser prioridade em um país que precisa incrementar sua balança comercial. É preciso saber como crescer, aspecto que, a meu ver, ainda se mostra como uma carência da política florestal brasileira", opinou.

Mendes ressalta que o País tem de olhar o setor florestal em uma perspectiva mais ampla. "Além do potencial das empresas que compõem o setor, há uma segunda geração de produtos se fortalecendo e abrindo portas para novas indústrias", diz ele, referindo-se ao conceito das biorrefinarias. "É preciso dedicar-se ao desenvolvimento de novas tecnologias e à sua transformação em novas atividades econômicas a partir de produtos inovadores. Os europeus e os americanos estão investindo fortemente nessa área. Não podemos ficar para trás. Se conseguimos produzir a mesma quantidade de madeira com preço 40% inferior em relação a nossos competidores mais próximos, por que não olhar para essa indústria de maneira mais estratégica, pensando no que ainda tem de potencial para gerar como uma indústria do futuro?", deixa a reflexão. ■

**Nota:** Confira a seguir práticas florestais adotadas por grandes players da indústria nacional de celulose e papel, que exemplificam os avanços conquistados pelo setor nos últimos anos.